Actualidades

Circuitos Alugados

UE - 7º Relatório de Implementação

2

Partilha de Infra-estruturas nas Redes Móveis 3G

5

3

Telecomunicações Avancam em Timor-Leste

6

4

Notícias de Outros Países

7

ICP TEM NOVOS ESTATUTOS

ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM) será, a partir de 6 de Janeiro de 2002, a nova designação do Instituto das Comunicações de Portugal, em resultado da entrada em vigor dos seus novos estatutos.

Com a publicação, a 7 de Dezembro, do Decreto-Lei nº 309/2001, visa-se, antes de mais, congregar num único texto legal um conjunto de atribuições consagradas em diplomas avulsos, nomeadamente na sequência da transposição do acervo comunitário, definidor de novas funções atribuídas acessoriamente às autoridades reguladoras nacionais, ao longo da última década em que se preparou e consolidou a liberalização, em particular, do sector das telecomunicações.

O ICP-ANACOM continua a personalidade jurídica do ICP, desvinculando-se, com o novo diploma, do anterior estatuto jurídico de instituto público e assumindo o de pessoa colectiva de direito público.

Permite-se, desta forma, sem interrupção da continuidade institucional, a compreensão global e integrada do papel do ICP e o reforço da sua coesão, enquanto verdadeira autoridade de regulação e supervisão das comunicações. Daí a alteração da respectiva designação e do seu desenho orgânico-institucional, bem como o reforço dos seus poderes e procedimentos de autoridade e a introdução de flexibilidade nos instrumentos de que se socorre, tanto no plano jurídico como ao nível do regime económico-financeiro. Além disso, estabelecem-se as características de independência do

ICP-ANACOM, quer do ponto de vista orgânico quer funcional, com a particularidade do relacionamento directo com a Assembleia da República.

É assim que, anualmente, o ICP-ANACOM deve enviar ao Governo, para ser também presente à Assembleia da República, um relatório sobre as suas actividades de regulação. Simultaneamente, o Presidente do Conselho de Administração corresponderá, quando para tal solicitado, aos pedidos de audição oriundos da comissão competente da Assembleia da República, para prestar informações ou esclarecimentos sobre as actividades do ICP-ANACOM.

No que respeita à sua orgânica interna, o ICP-ANACOM mantém os mesmos órgãos, ou seja, um Conselho de Administração, constituído por um presidente e dois a quatro vogais, um Conselho Fiscal e um Conselho Consultivo. Este último órgão passou a ser dotado de uma composição mais alargada. Os membros do Conselho de Administração, que estão sujeitos a um regime de incompatibilidades específico, têm mandatos de 5 anos, não renováveis, sendo que a aprovação dos novos estatutos não implica, porém, o termo dos mandatos dos membros dos órgãos do ICP-ANACOM em exercício à data da respectiva entrada em vigor.

O ICP-ANACOM tem por objecto a regulação, supervisão e representação do sector das comunicações, que abrange tanto as telecomunicações como os correios.

VER <http://www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1875&ida=172>

VER <http://www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1880&ida=168>

OFERTA DO LACETE LOCAL

O Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) aprovou, a 29 de Novembro, um projecto de decisão que determina a existência de compensações por parte da PT Comunicações, S.A. (PTC), sempre que esta mostrar incapacidade no cumprimento dos prazos de resposta aos pedidos de fornecimento efectuados pelos outros operadores licenciados, no âmbito da Oferta do Lacete Local (OLL). Esta decisão, ainda em fase de projecto, foi comunicada aos interessados, que dispõem do prazo de 10 dias para se pronunciarem. A mesma implicará alterações na Oferta de Referência de Acesso ao Lacete Local (ORALL) daquela empresa, para 2001, dando também sequência à anterior deliberação do ICP de 28 de Junho.

Entretanto, por deliberação de 22 de Novembro, foi aprovado o entendimento do ICP relativamente à conformidade do mesmo instrumento - a ORALL 2001 - com a referida deliberação de 28 de Junho, que determinara a introdução de alterações na versão inicial da PTC.

Com efeito, as alterações entretanto introduzidas por esta empresa na ORALL 2001 (cujá última actualização reporta a 1 de Outubro) não contemplam todos os aspectos tratados naquela deliberação. Assim sendo, a PTC dispõe agora de 10 dias para integrar na ORALL 2001 as questões identificadas.

Ainda a 22 de Novembro, foram aprovados os requisitos a verificar no espaço de co-instalação no âmbito da OLL, o que permite o reinício imediato, pela PTC, dos trabalhos associados à adaptação das infra-estruturas nas centrais do lote 1, assim como o processo de atribuição de centrais do lote 2. Também estes requisitos deverão ser integrados, no prazo de 10 dias,

na ORALL 2001.

Na mesma dada, foi ainda aprovado o projecto de decisão relativo a alterações dos preços de determinados serviços prestados no âmbito da ORALL (transporte de sinal, instalação de componentes, desinstalação do lacete local), incluindo o conjunto de informação mínima a disponibilizar pela PTC aos outros operadores licenciados. As entidades interessadas deverão pronunciar-se, no prazo de 10 dias, ao abrigo do artigo 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.

VER <http://www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1874&ida=168>

VER http://www.icp.pt/oll/deliberacoes/orall_5.html

VER <http://www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1861&ida=172>

PORTABILIDADE MÓVEL A PARTIR DE 1 DE JANEIRO

A portabilidade de operador na rede móvel vai ser uma realidade a partir do dia 1 de Janeiro de 2002. À semelhança do que já acontece na rede fixa, desde 30 de Junho deste ano, os utilizadores poderão mudar de operador móvel sem mudar de número de telefone. Aquando do estabelecimento de uma chamada para um número móvel portado, e no caso do custo da chamada portada ter aumentado, o utilizador será informado desse aumento por via da audição de uma mensagem gravada.

VER <http://www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1869&ida=168>

ACTUALIDADES

Reduzidas tarifas de interligação

O Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) aprovou, a 4 de Dezembro, um projecto de decisão que introduz reduções nas tarifas dos serviços de interligação praticados pelos operadores de serviço móvel terrestre. Os preços máximos, por grosso, a partir de 1 de Janeiro de 2002, serão de 45\$50 (€0,2270) nas ligações de terminação em redes móveis e de 37\$50 (€0,1870) nas chamadas de originação em redes móveis, procedendo-se dessa data em diante ao rebalanceamento tarifário. Os operadores interessados dispõem de 10 dias para se pronunciarem sobre a matéria. Informação adicional em http://www.icp.pt/interligacao/interligacao_102.html e <http://www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1872&ida=168>.

PMS nos mercados de circuitos alugados e SFT

Por deliberação de 29 de Novembro, o ICP aprovou o entendimento preliminar sobre poder de mercado significativo (PMS) no mercado dos circuitos alugados para o ano de 2001, sobre o qual foi pedido o parecer da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência (DGCC). Nos termos do nº 1 do artigo 21º do Regulamento de Exploração de Redes Públicas de Telecomunicações, compete ao ICP, após o referido parecer, determinar e declarar anualmente a lista dos operadores que dispõem de PMS naquele mercado. O ICP aprovou ainda, a 22 de Novembro, o entendimento preliminar relativo ao PMS no mercado das redes telefónicas fixas e/ou do serviço fixo de telefone, no ano em curso. Neste contexto, foi igualmente solicitado o competente parecer da DGCC. Ver <http://www.icp.pt/ca/dc5.html> e <http://www.icp.pt/liberalizacao/medidas10.html>.

Caução do Serviço Fixo de Telefone

A caução que os prestadores do serviço fixo de telefone (SFT) cobram aos seus clientes, aplicável nos casos de restabelecimento do serviço decorrente de interrupção motivada pelo incumprimento contratual do consumidor, foi fixada em 9 mil escudos pelo Instituto das Comunicações de

Portugal (ICP). A decisão foi tomada após uma consulta efectuada junto dos prestadores do SFT, tendo por enquadramento legal o Decreto-Lei nº 195/99, de 8 de Junho, sendo que o valor em causa é passível de sofrer actualizações no prazo máximo de um ano.

Ver <http://www.icp.pt/liberalizacao/caucaosft.html>.

GT Consultivo sobre OLL

O Grupo de Trabalho Consultivo, criado no âmbito da oferta do lacete local, reatou recentemente as suas funções, conforme referido na última *Spectru*, tendo entretanto procedido a alterações nos seus termos de referência e actuação. Detalhes em <http://www.icp.pt/oll/gt1.html>.

Números portados

Até 30 de Novembro, registaram-se 1393 números portados da rede fixa da PT Comunicações para as redes de outros prestadores do serviço fixo de telefone. A funcionalidade "portabilidade do número" encontra-se operacional, na rede fixa, desde o dia 30 de Junho de 2001.

Estatísticas no site do ICP

Os últimos dados estatísticos compilados pelo ICP, a publicar na próxima edição da *Spectru*, estão disponíveis no site do Instituto, em http://www.icp.pt/publicacoes/estcom/stcm/tvc3_01.html (redes de distribuição por cabo - 3º trimestre de 2001) e http://www.icp.pt/publicacoes/estcom/stva2_01.html (Internet e serviços de transmissão de dados - 2º trimestre deste ano).

5ª edição do Netd@ys

A quinta edição da iniciativa da Comissão Europeia *Netd@ys* decorreu este ano entre 19 e 25 de Novembro, subordinada aos temas "A juventude europeia na Net", "A cidadania europeia e a Internet" e "A diversidade cultural europeia na Internet". Em Portugal, realiza-se ainda um concurso de imagem e som digitais, em torno dos temas "Diversidade cultural na Europa", "Ano europeu das línguas" e "Euro". Pormenores em <http://www.deb.min-edu.pt/netdays/netdays2001.htm>.

GT UMTS

A criação de um portal do cidadão, com acesso a partir de terminais UMTS, a implementação de um sistema de informação clínica entre os veículos de emergência médica e os serviços de urgência das unidades hospitalares, a vigilância electrónica das florestas e a prevenção dos incêndios e a promoção do acesso dos cidadãos com necessidades especiais às redes e serviços de comunicações foram as quatro áreas eleitas como prioritárias no seio do Grupo de Trabalho (GT) UMTS, que integra os quatro operadores de terceira geração móvel, a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação e o Instituto das Comunicações de Portugal. Ao longo das oito reuniões que já efectuou, o GT acordou o modelo de gestão e implementação dos projectos de interesse comum, isto é, os projectos de promoção da Sociedade da Informação comuns às propostas dos operadores envolvidos e que integram a Administração Pública. Deu-se de igual modo início ao processo de selecção da empresa de consultoria que irá elaborar os projectos de interesse comum a desenvolver em parceria, nas quatro áreas prioritárias referidas, entre os operadores e o Estado.

Aberto 2º concurso do Programa eContent

"Os conteúdos digitais são elementos essenciais da aposta europeia na sociedade da informação". Foi com esta ideia que Krister Olson, representante da Comissão Europeia, introduziu a apresentação do segundo con-

curso do programa *eContent*, numa sessão de informação realizada a 28 de Novembro.

Este concurso da União Europeia, cujo prazo de entrega de candidaturas foi aberto a 1 de Novembro, prolongando-se até 1 de Fevereiro de 2002, tem como objectivo apoiar a produção, utilização e distribuição de conteúdos digitais europeus, baseando-se em três linhas de acção: melhorar o acesso à informação do sector público, reforçar a produção de conteúdos num ambiente multilingue e multicultural e aumentar o dinamismo do mercado de conteúdos digitais.

O programa conheceu já um primeiro concurso, do qual resultou o financiamento de apenas uma proposta portuguesa. Deste modo, foram dadas a conhecer as principais conclusões desse concurso, acentuando a necessidade de haver maior qualidade e rigor nas propostas portuguesas na actual fase em que as mesmas estarão em preparação. Nesta sessão, reflectiu-se ainda sobre o facto do sector dos conteúdos registar carências em Portugal, assinalando-se os futuros desafios a aproveitar: a 3ª geração móvel e a televisão digital. Deste conjunto de recomendações resultou igualmente a referência à realidade do mercado linguístico português abranger igualmente outros países (Brasil, PALOP, Timor Leste), o que constitui um vector a ter em conta e a explorar.

CIRCUITOS ALUGADOS

O Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), por deliberação de 29 de Novembro, solicitou à PT Comunicações (PTC) a reformulação da sua oferta de circuitos alugados. O novo projecto de oferta de circuitos alugados da PTC deverá ser enviado ao ICP até 14 de Dezembro e atender aos princípios da transparência, da não discriminação e da orientação para os custos.

O Instituto releva, em particular, a necessidade de que a PTC simplifique e reveja o sistema de descontos em vigor e de que proceda a significativas reduções de preços, especialmente no respeitante aos circuitos digitais nacionais de capacidade superior ou igual a 2 Mbps e aos circuitos com capacidade entre 64 Kbps e 2 Mbps. A PTC foi também informada dos novos níveis para os indicadores de qualidade de serviço, relativos aos anos 2002 e 2003, incluindo a demora média de instalação de um novo circuito e o tempo médio de reparação de avarias.

Pormenores em <http://www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1873&ida=172>.

Estudo comparativo de preços

O ICP realizou um estudo que compara os preços do serviço de aluguer de circuitos, praticados em 2001, pelos operadores históricos dos países da União Europeia (UE).

Em relação a outros estudos anteriormente realizados, a comparação objecto do presente estudo passou a incluir os preços dos circuitos digitais de 34 Mbps.

O estudo conclui, genericamente, que os preços praticados em Portugal são inferiores à média dos restantes países no caso dos circuitos analógicos de curta distância e digitais nacionais de 64 Mbps, sendo superiores em alguns segmentos relativos a capacidades mais elevadas. No que respeita aos circuitos digitais internacionais, os preços praticados pelo operador histórico português são, na generalidade, inferiores aos preços praticados pelos restantes operadores congéneres da UE.

O preço do cabaz global de circuitos nacionais - que engloba circuitos analógicos, circuitos digitais de 64 Kbps e circuitos digitais de 2 Mbps - é 6,7 por cento inferior à média dos restantes países da UE.

VER <http://www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1863&ida=172>

VER <http://www.icp.pt/info/noticia.asp?id=1864&ida=168>

REDES TRANSEUROPEIAS DE TELECOMUNICAÇÕES - DIA INFORMATIVO NACIONAL

Decorreu a 22 de Novembro, em Lisboa, o Dia de Informação Nacional relativo às Redes Transeuropeias de Telecomunicações. A sessão, organizada pelo Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), destinou-se a explicar em que consiste o programa e de que modo poderão ser enviadas propostas no âmbito deste novo convite RT-Telecom 2001/2.

As propostas de projectos de redes transeuropeias de telecomunicações, a desenvolver em domínios que abarcam desde os serviços genéricos, ao ensino e formação, acesso ao património cultural, pequenas e médias empresas, transportes e mobilidade, ambiente e gestão de emergências, saúde, redes urbanas e regionais e serviços do mercado de trabalho, podem ser enviadas até ao dia 31 de Janeiro de 2002.

No âmbito do concurso RT-Telecom, em vigor desde 1998, foram desde então aprovados, em toda a União Europeia, 55 projectos, dos quais 6 registam participação portuguesa. Esta edição do concurso mobiliza 20 milhões de euros.

Entretanto, ainda no âmbito dos projectos de interesse comum no domínio das Redes Transeuropeias de Telecomunicações, encontra-se aberto, até 31 de Dezembro (vide <http://www.icp.pt/rtt/pdf/callexpert.pdf>), o convite à apresentação de candidaturas para a elaboração de uma lista de avaliadores das propostas recebidas relativas à acção TEN-Telecom.

VER <http://www.icp.pt/rtt/>

VER <http://www.europa.eu.int/tentelecom>

PUBLICADOS NOVOS DIPLOMAS

- **Decreto-Lei nº 309/2001** (I Série-A do Diário da República de 7 de Dezembro) - Contém os novos estatutos do ICP, que passa a designar-se Instituto das Comunicações de Portugal-Autoridade Nacional de Comunicações, ou seja, ICP-ANACOM.

- **Despacho n.º 1014/2001** (IIª Série do D.R. de 20 de Novembro) - Diploma conjunto dos Ministérios das Finanças e do Equipamento Social que cria o grupo de trabalho para a revisão do contrato de concessão de serviço público de telecomunicações entre o Estado e a Portugal Telecom. Este grupo, constituído por representantes dos Ministros das Finanças e do Equipamento Social, da Inspeção Geral de Finanças, do Instituto das Comunicações de Portugal e da Portugal Telecom, iniciou os seus trabalhos imediatamente após a data de assinatura do despacho (18 de Outubro), tendo sido encarregado de apresentar, até 10 de Novembro, os resultados do seu trabalho de avaliação da oportunidade e dos termos da revisão do contrato de concessão, assinado em Março de 1995.

- **Resolução nº 131/2001** (II Série do D.R. de 16 de Novembro) - Nomeia o Prof. Doutor José Joaquim da Silva Dias Coelho para desempenhar funções de acompanhamento das políticas, programas e medidas de outros países, especialmente da União Europeia, na área da Sociedade da Informação.

- **Decreto-Lei nº 287/2001** (I Série-A do D.R. de 8 de Novembro) - Estabelece o regime aplicável à oferta de acesso condicional aos serviços de televisão, de radiodifusão e da sociedade de informação, à respectiva protecção jurídica, bem como aos equipamentos de utilizador que lhe estão associados.

- **Despacho conjunto nº 987/2001** (II Série do D.R. de 31 de Outubro) - Diploma dos Ministérios do Equipamento Social e da Cultura, designa os sete membros do grupo de trabalho criado no âmbito da iniciativa Convergência e Regulação.

Foi ainda aprovada, no Conselho de Ministros (C.M.) de 15 de Novembro, uma proposta de Lei que aprova a primeira alteração da Lei n.º 91/97, de 1 de Agosto, que define as bases gerais a que obedece o estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações. No mesmo C.M. foi ainda aprovado o Decreto-Lei que aprova o novo enquadramento jurídico do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

VER www.dr.incm.pt

VER www.pcm.gov.pt

UNIÃO EUROPEIA

7º RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO

A Comissão adoptou, a 28 de Novembro, o 7º relatório de implementação do pacote regulamentar das telecomunicações, que faz o balanço da concorrência no sector nos quinze Estados-membros da União. Apesar dos dados positivos quanto ao crescimento genérico do mercado (estimado em 9,5 por cento, este ano, e em 22,3 por cento no que respeita aos serviços móveis), as conclusões do relatório focam sete preocupações em que o sector deverá centrar-se, nomeadamente o impasse na oferta do lacete local (em toda a Europa comunitária foram desagregadas apenas 640 mil linhas e o acesso partilhado chega a poucas centenas de linhas em somente quatro países), sugerindo prazos compulsivos, punições credíveis e uma mais forte intervenção das autoridades reguladoras nacionais (ARN); a enorme variação de preços de interligação, em particular nas chamadas de terminação móvel e a quase total ausência de medidas de promoção da tarifa plana para acesso à Internet; o preço excessivo das linhas alugadas e os atrasos no seu fornecimento; a persistente distorção de tarifas; a ausência de uma oferta generalizada de serviços de portabilidade de operador e de pré-selecção; as dificuldades levantadas aos novos operadores na questão dos direitos de passagem; e, por último, o reforço das políticas de protecção ao consumidor.

A necessidade de reformular as competências das ARN, dotando-as de maior poder e de mecanismos mais rápidos de resolução de litígios, é de igual modo referida no relatório.

Mais informação em http://europa.eu.int/information_society/topics/telecoms/implementation/index_en.htm e http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=SPEECH/01/593|0|RAPID&lg=EN;

http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=SPEECH/01/593|0|RAPID&lg=EN;

ESTUDO ASSEGURA VIABILIDADE FINANCEIRA DO GALILEO

O sistema europeu de radionavegação por satélite GALILEO deverá gerar uma relação custo-benefício extremamente positiva, indica um estudo independente levado a cabo pela *PricewaterhouseCoopers* e divulgado apenas alguns dias após a Agência Espacial Europeia (ESA) ter garantido, em meados de Novembro, a sua participação no financiamento deste projecto, orçado em 3,6 biliões de euros. Devido ao facto de permitir a localização simultânea no tempo e no espaço, o GALILEO já foi considerado pela Comissão dos Transportes, Loyola de Palacio, uma “revolução social e tecnológica” equivalente à dos telemóveis.

Pormenores em http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=IP/01/1637|0|RAPID&lg=EN;

CONVENÇÃO CONTRA O CIBERCRIME

O Conselho da Europa procedeu à assinatura da Convenção internacional contra o Cibercrime, a 23 de Novembro, em Budapeste, no Parlamento da Hungria. Adoptado pelo Comité de Ministros do Conselho, no passado dia 8, o primeiro tratado internacional que se propõe combater as várias formas de crime informático (desrespeito pelos direitos de autor, fraude informática, pornografia infantil ou ofensas contra a segurança das redes) entrará em vigor após ter sido ratificado por cinco Estados, dos quais três terão de integrar a organização.

O documento resulta de quatro anos de trabalho e cooperação de peritos não só de Esta-

dos pertencentes ao Conselho da Europa, mas também de países como os Estados Unidos da América, Canadá e Japão, abrangendo o total de Estados envolvidos perto de cinco dezenas. No seu Protocolo Adicional, a Convenção considera que todas as formas de disseminação de conteúdos racistas ou xenófobos através da Internet configuram o delito de ofensa criminal. Entretanto, a 27 de Novembro, a Comissão Europeia realizou a primeira sessão plenária do Forum Europeu contra o Cibercrime, no edifício Charlemagne, em Bruxelas.

Ver [http://press.coe.int/cp/2001/840a\(2001\).htm](http://press.coe.int/cp/2001/840a(2001).htm)
http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=IP/01/1664|0|RAPID&lg=EN;

CÓDIGO EUROPEU DE BOA CONDUTA ADMINISTRATIVA

O Provedor de Justiça Europeu, Jacob Soderman, viu finalmente aprovado o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa, um projecto lançado há três anos com a finalidade de regular o relacionamento entre os funcionários das instituições, órgãos e agências descentralizadas da União Europeia e o público. O “direito a uma boa administração”, previsto na Carta dos Direitos Fundamentais, adoptada em Dezembro de 2000, em Nice, regula aspectos que vão desde as obrigações de evitar qualquer forma de discriminação e abuso de poder, de actuar de forma objectiva e imparcial, ao dever de responder aos cidadãos num prazo razoável, na sua língua, e indicando as vias possíveis de recurso.

Em <http://www.euro-ombudsman.eu.int/code/pt/default.htm> .

ENCONTROS IRG

GT PMS

A definição de mercados relevantes no contexto do *roaming* internacional, o conceito de concorrência efectiva e sua sustentabilidade no sector das telecomunicações, ou seja, os assuntos que se encontram em discussão no âmbito do pacote da Revisão 99, bem como os trabalhos conjuntos com outros Grupos de Trabalho (GT) do Grupo de Reguladores Independentes (IRG) foram discutidos na reunião do GT Poder de Mercado Significativo (PMS), ocorrida a 30 de Novembro, em Dublin.

GT OLL

Neste encontro do GT Oferta do Lacete Local (OLL), realizada em 23 de Novembro, em Paris, foi discutido o documento “Princípios de Implementação e Melhores Práticas sobre OLL” e identificado o ponto de situação sobre determinadas matérias relacionadas com a abertura do lacete local nos vários países membros do IRG.

ENCONTROS CEPT

COMITÉ DE COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS

O primeiro encontro do novo Comité de Comunicações Electrónicas (CCE) da Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações (CEPT) decorreu em Antalya, Turquia, entre 12 e 16 de Novembro, tendo sido dada "luz verde" ao arranque dos seus trabalhos, nomeadamente no tocante ao mandato, regras de procedimento, missão e estrutura inicial do Comité.

Além da eleição, por aclamação e unanimidade, do próximo presidente do CCE (Holanda) e dos vice-presidentes (Dinamarca e Roménia), foi criado um *Task Group* para apresentar uma proposta de alterações à corrente estrutura do Comité, segundo as orientações provenientes da Assembleia Plenária da CEPT.

Foram ainda aprovadas decisões sobre o *phasing out* dos sistemas analógicos sem fios CT1 e CT1+ até ao fim de 2002 e dos sistemas digitais sem fios CT2 até ao fim do ano de 2005, dos quadros nacionais de atribuição de frequências e do Sistema de Informação de Frequências do Gabinete Europeu de Radiocomunicações (ERO), designado por EFIS.

Relativamente à radiodifusão sonora digital, o Grupo de Gestão de Frequências (GT GF) irá continuar os seus trabalhos de preparação da Reunião Multilateral de Planeamento do T-DAB (*Terrestrial Digital Audio Broadcasting*) na banda L, com base nos pressupostos previamente aprovados pelo Comité Europeu de Radiocomunicações (ERC). Uma vez que já estão definidos os blocos a utilizar para o T-DAB, o grupo sobre satélites (PT5) deverá agora abordar a necessidade de iniciar um processo de *milestones* para o S-DAB (*Satellite Digital Audio Broadcasting*) nos restantes blocos.

No âmbito da apresentação do relatório do PT5, foi reiterado o apelo às administrações da CEPT para que adiram ao balcão único para serviços e redes de satélites, desenvolvido com o apoio financeiro da União Europeia. A próxima reunião do CCE ficou agendada para 11 a 15 de Março de 2003, em Paris.

CPG / PT1

Realizou-se no Luxemburgo, de 24 a 26 de Outubro, uma reunião do Grupo de Questões Regulamentares (PT1) do Grupo de Preparação das Conferên-

cias da UIT (CPG-2003), no decorrer da qual foram analisadas as Regras de Procedimento (RoP) elaboradas recentemente pelo Comité do Regulamento das Radiocomunicações (RRB) da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Estas RoP visam a simplificação do trabalho do Departamento das Radiocomunicações (BR) da UIT, com a publicação antecipada, coordenação e notificação de frequências para redes de sistemas de satélites geo-estacionários. As RoP deverão explicitar, de forma clara, a objectividade da proposta das administrações da CEPT sobre a actuação do BR quanto à aplicação dos Números S9.35 e S9.36 do Regulamento das Radiocomunicações, isto é, que os ficheiros para publicação antecipada de redes de satélites passem a ser examinados apenas quanto ao S5, devendo em caso de apreciação favorável ser objecto de *qualified favourable finding*. A verificação de conformidade com as condições impostas nas disposições S9.35 e S11.31 passará a ter lugar aquando da apresentação do pedido de notificação. Com este entendimento, foi preparada nova contribuição que será submetida pela Suécia ao BR.

O PT1 constatou que o atraso no processamento dos pedidos de coordenação, associado ao facto de o Regulamento das Radiocomunicações ser sujeito a revisões periódicas cada dois ou três anos, pode criar situações em que o regime regulamentar vigente à data de tratamento do pedido no BR seja diferente do regime regulamentar que seria aplicável se o mesmo pedido tivesse sido tratado à data da sua recepção no BR. Assim, concluiu que seria desejável que houvesse maior transparência nos procedimentos internos do BR. Por último, no que respeita ao ponto 1.26 da agenda da Conferência Mundial das Radiocomunicações (WRC-2003) - considerar as disposições mediante as quais estações terrenas instaladas a bordo de embarcações (*earth station on board vessels* - ESV), possam operar nas redes do serviço fixo por satélite nas faixas 3700-4200 MHz e 5925-6425 MHz - o PT1 notou que o SE19 chegou já a um entendimento quanto à distância de separação entre a linha de costa e as embarcações, a partir da qual a operação das ESV's não carece do acordo da administração responsável pela operação de sistemas FSS. Esta distância é de 300 quilómetros para a faixa C e 250 quilómetros para a faixa Ku.

VER www.cept.org

VER www.ero.dk

VER www.eto.dk

PARTILHA DE INFRA-ESTRUTURAS NAS REDES MÓVEIS 3G

A partilha de infra-estruturas possui evidentes vantagens financeiras, ambientais e de rapidez na implementação das redes de terceira geração móvel (UMTS), à luz, aliás, do que já aconteceu em alguns países com a partilha de sites nas redes GSM - esta poderia ser a conclusão do seminário que decorreu em Amesterdão, entre 26 e 29 de Novembro, organizado pela IIR - *Telecoms & Technology*, sobre um assunto que reveste a máxima actualidade para a maioria dos operadores e reguladores de telecomunicações.

Sobre os vários níveis de partilha possíveis (partilha de sites, partilha dos nós B, partilha dos *radio network controller* "RNC", partilha da rede core, entre outras), as análises apresentadas apontam para as vantagens superiores resultantes da partilha dos RNCs, ou seja, RNCs virtuais (fisicamente um único RNC, mas que permite a cada operador deter o controlo funcional da sua rede incluindo a utilização das frequências que lhe tenham sido atribuídas).

A questão da disponibilidade dos equipamentos foi também focada, já que existe ainda alguma dúvida em torno das datas previstas para a sua disponibilização - situação que, à partida, compromete algumas das hipóteses possíveis para a partilha.

À lista dos níveis de partilha, alguns operadores e fabricantes adicionam ainda o *roaming* nacional no UMTS. Esta perspectiva, em particular aplicada às zonas rurais, é naturalmente vista com bastante interesse por alguns operadores, muito embora reconheçam as grandes dificuldades que existem da perspectiva regulamentar. Foi ainda focada a necessidade de os reguladores adaptarem as suas políticas à nova realidade, ressaltando-se, contudo, a necessidade de compatibilização com as condições gerais em que as licenças foram atribuídas.

É ainda de salientar a presença da Vodafone (Portugal) entre os oradores, tendo esta operadora efectuado um *briefing* sobre a situação em Portugal relativamente ao UMTS, sublinhando os aspectos, na sua opinião positivos, inerentes ao processo de atribuição das licenças e à recente clarificação emitida pelo Instituto das Comunicações de Portugal sobre a partilha de infra-estruturas.

COOPERAÇÃO...

No âmbito da política de cooperação do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), Novembro foi palco de iniciativas várias com São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste, chegando ao fim as acções de cooperação previstas para 2001.

...COM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A monitorização e controlo do espectro e a fiscalização radioelétrica foi o tema do estágio do representante da Companhia Santomense de Telecomunicações, que decorreu de 30 de Outubro a 7 de Novembro, incluindo deslocações aos serviços de fiscalização do ICP, em Barcarena, e aos serviços de telecomunicações da RDP, nas Amoreiras e Monsanto.

... COM A GUINÉ-BISSAU

No que respeita à cooperação com a Guiné-Bissau, foram realizados quatro estágios. O primeiro, nas áreas da contabilidade, gestão financeira, organização institucional, documentação e relações públicas, realizado de 5 a 9 de Novembro, contou com a presença de três elementos do Instituto das Comunicações da Guiné-Bissau (ICGB). De 12 a 16 de Novembro, foi a vez da formação ao nível da gestão de frequências, participando igualmente três representantes do ICGB. Neste

âmbito foram abordadas as questões ligadas aos licenciamentos radioelétricos dos diversos serviços de radiocomunicações (serviço móvel, serviço de radiodifusão, serviço fixo e serviço por satélite), incluindo um módulo de redes celulares em que se abordaram aspectos de arquitectura, serviços e planeamento de redes tais como o GSM ou TETRA. O terceiro, de 22 a 26 de Outubro, versou sobre o planeamento e o tratamento de dados estatísticos, tendo participado um representante do ICGB.

...COM TIMOR-LESTE

De Timor-Leste veio mais um elemento da Divisão de Tecnologias de Informação, Correios e Telecomunicações, recebendo formação, de 19 a 29 de Novembro, nas áreas da tarifação e numeração. Este estágio abordou assuntos como a oferta do lacete local, regulação de preços e interligação, acesso à Internet, chamadas fixo-móvel, qualidade do serviço fixo telefónico (SFT) e dos circuitos alugados, regulação de preços dos circuitos alugados e do SFT, regime de preços do serviço universal e contrato de concessão, além do plano de numeração para Timor-Leste (sendo elaborado um estudo experimental nesta matéria) e do plano de tarifação dos serviços de telecomunicações prestados no território timorense.

VER <http://www.icgb.org/>

VER <http://www.gov.east-timor.org>

TELECOMUNICAÇÕES AVANÇAM EM TIMOR-LESTE

A reconstrução da rede básica e do sistema de telecomunicações em Timor-Leste, quase totalmente destruídos na sequência do processo de autodeterminação conquistado em Setembro de 1999, regista avanços significativos, com o lançamento de um concurso - o chamado *Bill Operate Transfer Project* ou *BOT Project* - para a criação de um sistema de telecomunicações de raiz, que prevê a atribuição de uma licença de exploração das redes fixa e móvel.

A 6 de Dezembro, foram divulgados os resultados da pré-qualificação deste concurso, tendo sido apuradas as empresas Portugal Telecom Internacional e a Telekomunikasaun Timor Lorosae. Os resultados finais só deverão ser conhecidos no primeiro trimestre de 2002. Entretanto, a 21 de Julho, foi publicada a Lei de Telecomunicações (Regulamento nº 2001/15), que cria um órgão regulador para o sector, a Autoridade Reguladora das Comunicações (*Communications Regulatory Authority - CRA*), e estabelece os princípios da política de telecomunicações, nomeadamente a salvaguarda do princípio do serviço universal. A CRA, que ainda não se encontra em funcionamento, deverá suceder ao *Information Technology, Post and Telecommunications (ITPT)*, o departamento do Ministério dos Transportes e Comunicações, que assegura todas as matérias ligadas aos correios e telecomunicações.

VER http://www.gov.east-timor.org/showpage.php?sect_id=31&type=generic§name=Telecoms&dept_id=080400&lang_id=1

UNIÃO INTERNACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES

No âmbito da Comissão de Estudos 1 - Gestão do Espectro (UIT-R SG1) do Sector das Radiocomunicações da União Internacional das Telecomunicações (UIT), reuniu em Genebra, de 6 a 13 de Novembro, o subgrupo Técnicas e Métodos de Monitorização do Espectro (WP1C), tendo aprovado o documento nova Questão sobre vistorias e o documento de ligação para o grupo WP6E, relativo à medida de desvio para a radiodifusão sonora.

Foram ainda aprovados o projecto de nova Recomendação sobre a radiogoniometria e localização de sinais TDMA e CDMA, o projecto de nova Recomendação sobre a identificação e medida em fontes interferentes e a actualização da Recomendação UIT-R SM.1050 (Tarefas da Monitorização). E, por último, foram adoptados um questionário sobre medições em sinais de radiodifusão digital e outro questionário sobre vistorias.

VER <http://www.itu.int>

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

A sessão plenária do Conselho de Administração (CA) da União Postal Universal (UPU) realizou-se, em Berna, de 24 a 26 de Outubro, tendo sido aprovado, após 8 reuniões e dois anos de trabalho, o relatório do Grupo de Alto Nível (GAN), de acordo com o mandato do Congresso de Pequim, com as conclusões e as sugestões para o desenvolvimento futuro da UPU.

O CA aprovou as contas do exercício financeiro de 2000 e a versão revista do Programa e Orçamento para o biénio 2001/2002, no âmbito dos trabalhos da Comissão 2 (Programa e Orçamento), assim como as acções empreendidas, no âmbito da Comissão 3 (Cooperação Técnica), pela Direcção de Cooperação e Desenvolvimento, da Secretaria Internacional da União, visando a criação de um plano de cooperação mais coordenado.

Salientam-se ainda os trabalhos da Equipa de Projecto Serviço Universal que aprovou a versão revista do Memorando sobre o Serviço Universal e a Equipa de Projecto Relações com a Organização Mundial do Comércio (OMC), que informou sobre os desenvolvimentos ocorridos nos serviços postais, visando a sua negociação e a compatibilidade do sistema de encargos terminais da UPU com as regras da OMC.

Foi ainda aprovado o programa provisório da Conferência de Alto Nível que decorrerá, em Outubro de 2002, em Genebra, cujo tema será "Os Correios do Futuro".

VER <http://www.upu.int>

NOTÍCIAS DE OUTROS PAÍSES

ESPAÑA - Comisión del Mercado de las Telecomunicaciones (CMT) - Os tribunais espanhóis confirmaram a decisão da CMT de aplicar ao operador incumbente uma sanção no valor de 450 milhões de pesetas. A *Audiencia Nacional* indeferiu assim o recurso administrativo interposto pela Telefónica num caso que se prende com o incumprimento de medidas cautelares relativas à pré-selecção e que opôs a empresa aos operadores RSL Communications Spain e BT Telecomunicaciones. Vide http://www.cmt.es/cmt/centro_info/c_prensa/pdf/c20011115_sentenciaANacional.pdf. A 8 de Novembro, a Comissão decidiu modificar as condições de entrega de sinal da Telefónica face aos restantes operadores, no âmbito da abertura do lacete local.

Em http://www.cmt.es/cmt/centro_info/c_prensa/pdf/c20011108_OBA_medcautelar.pdf.

ITÁLIA - Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni - A autoridade reguladora italiana publicou a 21 de Novembro o regulamento relativo à transição para a televisão digital terrestre. Pormenores em http://www.agcom.it/provv/relaz_d_435_01_CONS.htm.

FRANÇA - Autorité de Régulation des Télécommunications (ART) - A 30 de Novembro, o governo francês reduziu substancialmente as taxas UMTS, que passam a compreender um montante fixo de 619 milhões de euros e uma parte variável calculada em função das receitas de exploração. Em <http://www.art-telecom.fr/>. A Autoridade, com base na Recomendação do Conselho da UE, informa também ter introduzido nos cadernos de encargos dos operadores, actuais e futuros, exigências com vista à protecção da saúde pública no que respeita às radiações electromagnéticas. Vide <http://www.art-telecom.fr/dossiers/sante/fresante.htm>.

No seguimento da regulação de um diferendo entre a France Télécom e a Free Télécom (em <http://www.art-telecom.fr/communiques/communiques/2001/37-2001.htm>), a ART decidiu, a 20 de Novembro, autorizar aquele ISP a fixar a sua própria tarifa para acesso "ao minuto" à Internet. A Autoridade baixou o preços das chamadas telefónicas entre as redes fixas e móveis: entre 2001 e 2004, a redução média atingirá os 40 por cento. Pormenores em <http://www.art-telecom.fr/communiques/communiques/2001/36-2001.htm>.

REINO UNIDO - Office of Telecommunications (OFTEL) - A OFTEL publicou, a 20 de Novembro, um estudo sobre a qualidade das redes móveis, que abrange o desempenho dos quatro operadores móveis existentes no Reino Unido, entre Abril e Setembro. Em http://www.oftel.gov.uk/publications/research/2001/call_survey/index.htm.

A 14 de Novembro, foi lançada uma consulta pública relativa aos telefones públicos. Informação adicional em <http://www.oftel.gov.uk/publications/consumer/payp1101.htm>.

REINO UNIDO - Postal Services Commission (Postcomm) - A Postcomm publicou o seu primeiro relatório anual, disponível em <http://www.psc.gov.uk/documents/postoffices/final%20pdf%20version.pdf>.

SUÉCIA - Post & Telestyrelsen - National Telecoms Agency (NTA) - A NTA publicou, a 20 de Novembro, um estudo que reflecte os efeitos da partilha de redes e infra-estruturas do UMTS na concorrência e estima que os custos de investimento podem baixar, com esta opção, entre 20 a 50 por cento. Em <http://www.pts.se/dokument/getFile.asp?FileID=2504>.

SUIÇA - Office Fédéral de la Communication (OFCOM) - A revisão da lei da rádio e da televisão e consulta do novo projecto, em vigor entre Dezembro próximo e Abril de 2002 (vide http://www.ofcom.ch/fr/aktuell/revison_rtv/index.html), é a principal novidade da OFCOM, cujo site foi objecto de uma reestruturação recente, não somente no que respeita ao grafismo, mas ainda em termos de novas funcionalidades, como se pode ver em <http://www.ofcom.ch/fr/medieninfo/medienmitteilungen/bakom/artikel/00577/index.html>.

ALEMANHA - Regulierungsbehoerde für Telekommunikation und Post (RegTP) - O regulador alemão avançou com uma solução de compromisso para uma nova estrutura de preços de interligação e, ainda, novas regras respeitantes à oferta de circuitos alugados, que obrigam a Deutsche Telekom a cumprir prazos de entrega mais apertados (entre 8 semanas e seis meses), de forma a pôr termo aos sucessivos atrasos e às queixas dos novos operadores. Pormenores em http://www.regtp.de/en/aktuelles/start/fs_03.html.

REPÚBLICA CHECA - Começou mal o processo de atribuição de três licenças móveis de terceira geração na República Checa, com os operadores candidatos a recusarem avançar caso o governo não decidisse baixar o preço de licitação, o que provocou o adiamento do leilão inicial, marcado para Outubro.

ANGOLA - Instituto Angolano das Comunicações (INACOM) - O órgão de regulação angolano está a preparar a atribuição de novas licenças para a prestação de serviços de telecomunicações de uso público, envolvendo a tecnologia de acesso fixo via rádio (FWA).

GUINÉ-BISSAU - Instituto das Comunicações da Guiné-Bissau (ICGB) - Encontra-se aberto um concurso internacional para atribuição de uma nova licença de segunda geração móvel. Detalhes em <http://www.icgb.org/portuguese/gsm.htm>.

MARROCOS - Agence Nationale de Réglementation des Télécommunications (ANRT) - O governo marroquino planeia atribuir, até ao final do ano, uma nova licença da rede fixa. O projecto de caderno de encargos, disponível na *net*, avança pormenores.

Em <http://www.anrt.net.ma/>.

TUNÍSIA - Ministère des Technologies de la Communication - O Governo tunisino abriu concurso internacional com vista à atribuição de uma segunda licença móvel GSM. Os candidatos podem enviar as suas propostas até 10 de Janeiro de 2002.

EUA - Federal Communications Commission (FCC) - A FCC viu o seu site ser objecto de reformulação. Em <http://www.fcc.gov/>. A 8 de Novembro, a Comissão modificou algumas das regras de transição para a televisão digital terrestre, de modo a acelerar a transição e a permitir o acesso de mais operadores. Vide http://www.fcc.gov/Bureaus/Mass_Media/News_Releases/2001/nrmm0114.html.

URUGUAI - Unidad Reguladora de Servicios de Comunicaciones (URSEC) - Tem início a 28 de Janeiro de 2002 o concurso para atribuição de licenças de terceira geração móvel. O prazo para entrega de candidaturas termina no dia 11 desse mês. Informação adicional em http://www.uyweb.com.uy/ursec/S_telecom/subastas.htm.

ÍNDIA - Department of Telecommunications (DoT) - A abertura das redes de telefonia fixa de longa distância é já uma realidade na Índia. Ver <http://www.dotindia.com/>.

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE • Instituto das Comunicações de Portugal (ICP)

SEDE • Av. José Malhoa, 12 - 1099-017 Lisboa • www.icp.pt • info@icp.pt • DIRECTOR • Luís Nazaré

PRODUÇÃO • Companhia dos Riscos, DESIGN LDA • www.companhia-riscos.pt • geral@companhia-riscos.pt • TIRAGEM • 1000 exemplares

PRESIDÊNCIA BELGA - CONSELHO DE MINISTROS DE TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES

A 6 e 7 de Dezembro, em Bruxelas, terá lugar o segundo Conselho de Ministros de Transportes e Telecomunicações realizado no âmbito da Presidência belga, estando para a ocasião agendada a tão aguardada adopção do pacote "Revisão 99".

Está prevista a adopção do novo quadro regulamentar para o sector das telecomunicações, que compreende a Directiva-Quadro, a Directiva relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações electrónicas e recursos conexos, a Directiva relativa à autorização de redes e serviços de comunicações electrónicas, a Directiva relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações electrónicas e, por último, a Directiva relativa ao tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas.

Prevê-se ainda, além da aprovação deste pacote, a adopção da proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho com vista à criação do domínio de topo .eu e do projecto de Directiva que prevê a liberalização dos correios e serviços postais.

A Comissão levou igualmente a debate o 7º relatório de implementação das telecomunicações no seio dos quinze Estados-membros.

Na ordem-de-trabalhos provisória estão ainda inscritos três assuntos: a discussão da decisão relativa à revisão do anexo 1 da Decisão nº 1336/97/CE do Parlamento e do Conselho, de 17 de Junho de 1997, que integra um

conjunto de orientações sobre as redes transeuropeias de telecomunicações; a apresentação da comunicação da Comissão no âmbito da promoção da regulação dos litígios em linha; e, por último, a apresentação pela Comissão da proposta de Directiva relativa ao reconhecimento mútuo dos certificados de avaliação da segurança dos produtos de informação.

No âmbito do Conselho de Transportes, a Comissão apresentou o seu relatório relativo ao plano de rentabilidade financeira do GALILEO, o sistema europeu de radionavegação por satélite, e discutir a possibilidade de criação de uma empresa comum para a sua gestão.

Dependendo dos resultados do Conselho de Ministros dos dias 6 e 7, poderá haver outro Conselho de Telecomunicações a 20 de Dezembro e nesse caso é provável o agendamento de reuniões do Grupo de Questões Económicas (GQE) entre os dois encontros ministeriais.

Entretanto, a grande expectativa quer no tocante ao Conselho quer quanto à sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), que decorre a 12 de Dezembro, reside na questão do direito de veto da Comissão, que esta e o PE pretendem consagrar no artigo 6º, nº 4, da Directiva-Quadro e que, a ser aprovada, permitirá à Comissão vetar as decisões das autoridades reguladoras nacionais. O texto em discussão ([vide http://www.europarl.eu.int/meetdocs/committees/itre/20011127/452698pt.pdf](http://www.europarl.eu.int/meetdocs/committees/itre/20011127/452698pt.pdf)) foi aprovado, a 27 de Novembro, pela Comissão Parlamentar da Indústria, do Comércio Externo, da Investigação e da Energia.

VER http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=MEMO/01/427|0|RAPID&lg=EN

VER <http://www.eu2001.be/Main/frameset.asp?reference=01%2D01&lang=fr&sess=990129463&>

INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES EM EDIFÍCIOS (ITED)

Entidades Certificadoras registadas no ICP	Data do Registo	Entidades Certificadoras registadas no ICP	Data do Registo
Epoch - Consultores de Telemática, Lda.	19.04.2001	Guimete - Projecto e Instalação de Materiais Eléctricos e Telecomunicações, Lda.	01.10.2001
PT Comunicações, S.A.	19.04.2001	Rediprotel - Engenharia, Estudos e Projectos, Lda	01.10.2001
EBL - Electro Belarmino, Lda.	30.04.2001	Monticanalizações e Instalações Eléctricas, Lda.	01.10.2001
Rimielgab - Gabinete Técnico de Engenharia	30.04.2001	Signum - Comércio, Serviços e Representações, Lda.	01.10.2001
Instituto Electrotécnico Português	10.05.2001	Mitel - Sociedade de Equipamentos de Telecomunicações, Lda.	01.10.2001
Laboratório Industrial da Qualidade	10.05.2001	HPG - Soluções Tecnológicas, Lda.	09.10.2001
Santos & Sousa, Lda.	10.05.2001	Linhas Múltiplas - Projecto de Telecomunicações, Lda.	22.10.2001
Gatipel - Telecomunicações e Informática, Lda.	22.06.2001	Genco - Gabinete de Engenheiros Consultores, Lda.	22.10.2001
Sednorte - Montagens Eléctricas, Lda.	28.06.2001	Totalinspe - Inspeção de Sistemas Energéticos e Ambiente, S.A.	22.10.2001
Multinfra - Projectos e Representações Electromecânicas, Lda.	28.06.2001	Leonel Barbeiro - Electricidade e Canalizações, Lda.	31.10.2001
Imotron - Edifícios Inteligentes, S.A.	05.07.2001	Elevor - Associação de Apoio Técnico	15.11.2001
Instituto de Soldadura e Qualidade	30.07.2001	Vasconcelos & Filho, Lda.	15.11.2001
Cerqueira & Oliveira, Lda.	30.07.2001	TELJAP - Manutenção, Instalação e Comercialização de Telecomunicações, Lda.	15.11.2001
Ribatel - Equipamentos de Telecomunicações, Lda.	08.08.2001	Odiphone - Serviços e Equipamentos de Comunicação, Lda.	22.11.2001
Rudistel - Equipamento Eléctrico e Electrónico, Lda.	08.08.2001	Certeito - Certificação de Instalações de Telecomunicações,	
Electro Arroiteense - Instalações Eléctricas, Lda.	08.08.2001	Unipessoal, Lda.	22.11.2001
Astroluz - Sociedade de Electricidade e Construção Civil, Lda.	08.08.2001		
Renet Açores - Engenharia, Infraestruturas e Obras Públicas, S.A.	23.08.2001		

EM DEZEMBRO DE 2001

UE

- Conselho de Ministros (6-7 e 20)
- Grupo Questões Económicas - Telecomunicações

UIT/ Sector do Desenvolvimento

- Simpósio de Reguladores (3-5)

NATO

- PWG - Policy Working Group (17-18)
- Sub-Comité de Gestão de Frequências (19)

CEPT

- WG ITU - ex JWG ITU (4-6)
- PT WTDC02 (6-7)
- WG FM PT41 (6-7)

ETO

- CA (18)

EVENTOS

- *European Telecommunications Law and Regulation Update* - 10 a 11, Londres

- *IP Multicast: The Forum* - 10 a 12, Londres

- *2nd International Wireless LAN Conference* - 10 a 13, Dublin

- *How to Build & Extend Brands Using the Web: Branding I Century* - 12, Los Angeles

- *Next-Generation Billing Systems* - 12 a 14, Amesterdão

- *Internet World Fall 2001* - 10 a 14, Nova Iorque

- *Euro Web 2001* - 18 a 20, Veneza